

Um retrato assombroso do abuso fiscal

Abertura + Sobe BG	
Grazi	Oi, boas vindas ao É da sua conta, podcast mensal sobre como consertar a economia para que ela funcione para todas as pessoas. Eu sou a Grazielle David.
Dani	E eu a Daniela Stefano. O É Da Sua Conta é uma produção da Tax Justice Network, Rede Internacional de Justiça Fiscal. Você encontra a descrição completa e pode ouvir os episódios anteriores em www.edasuaconta.com e nos mais populares tocadores de áudio.
SOBE BG	
Dani	Quatrocentos e oitenta e três bilhões de dólares é o valor perdido em 2021 para o abuso fiscal cometido pelas multinacionais e super ricos, de acordo com o relatório o Estado da Justiça Fiscal.
Grazi	A cada segundo são perdidos para o abuso fiscal recursos para vacinar completamente 1000 pessoas, mesmo com os preços super altos e injustos das vacinas. Com os 483 bilhões perdidos para o abuso fiscal em 2021 teria sido possível cobrir o custo de vacinar completamente toda a população mundial mais de três vezes.
Dani	E esta é apenas a ponta do iceberg, já que o relatório é baseado apenas nos dados da OCDE para empresas que tem lucros acima dos 750 milhões de dólares. Esse clube dos países ricos, junto com suas dependências, respondem por sete de cada dez dólares perdidos. Somente a “teia de aranha” do Reino Unido responde por 46% de todo o abuso fiscal de 2021.
Grazi	As análises que explicam estes números e as recomendações para lidar com os abusos fiscais estão no estudo elaborado pela Tax Justice Network, junto com a Global Alliance for Tax Justice e a Public Service International. O “Estado da Justiça Fiscal 2021” é o tema do episódio 31 do É da Sua Conta.
Sobe BG	

<p>Florença 1 - 01:29 o Estado da Justiça Fiscal é um relatório publicado anualmente pela TJN no qual a gente busca estimar a escala do abuso fiscal no plano internacional, mas também especificamente pra cada país. A escala de que os países estão perdendo em termos de recursos, mas também quais países são aqueles que são responsáveis por facilitar a maior parte desse abuso 02:00</p>	
<p>Dani</p>	<p>Florença Lorenzo é pesquisadora da Tax Justice Network</p>
<p>Florença 2 - 02:00 No relatório desse ano a gente encontrou que 483 bilhões de dólares estão sendo perdidos por ano pro abuso fiscal. 02:15 02:20 Essas estimativas podem ser separadas em dois tipos de abusos fiscais: o abuso fiscal corporativo por um lado, onde empresas multinacionais empregam suas estruturas corporativas pra evitar pagar impostos onde elas operam, e o abuso fiscal por indivíduos ricos. 02:40 O abuso fiscal corporativo a gente calcula que ele está em torno de 312 bilhões por ano, de dólares, e o abuso fiscal offshore em torno de 171 bilhões de dólares por ano 02:54</p>	
<p>Grazi</p>	<p>A primeira edição do "O Estado da Justiça Fiscal" foi publicada em 2020.</p>
<p>Dani</p>	<p>E se você quiser saber como a Tax Justice Network faz o cálculo do montante de dinheiro que vai parar em paraísos fiscais, recomendamos ouvir o episódio 20 do É da Sua Conta, Você pode encontrá-lo em www.edasuaconta.com ou no seu tocador de áudios favorito.</p>
<p>Grazi</p>	<p>É interessante notar que o valor estimado do abuso fiscal de 2021 ficou em 56 bilhões a mais do que o valor de 2020. Florença, a que se deve esse aumento?</p>
<p>Florença 3 - 03:49 basicamente esse aumento na escala se deve principalmente na melhora dos dados. Não é tão fácil comparar as duas edições do relatório mas eles mostram muito claramente como que dados melhores possibilitam que a gente consiga estimar de forma mais eficiente e mais precisa a escala do Abuso. 04:17</p>	
<p>Dani</p>	<p>Como já dissemos, os dados do relatório são apenas os que são disponibilizados publicamente sobre as grandes</p>

	<p>multinacionais que faturam acima de 750 milhões de dólares, ou seja, não é possível saber qual o montante que, de fato, está nos paraísos fiscais:</p>
<p>Florencia 4: 05:30 o nosso relatório está calculando apenas as perdas diretas. então os nossos dados indicam aquilo que a gente tem certeza que está sendo perdido diretamente pelo abuso fiscal, seja de corporações grandes ou de indivíduos ricos, mas os nossos números não incluem, por exemplo, o que a gente chama de perdas fiscais indiretas, isto é, essas dinâmicas de abuso fiscal elas levam a que países se engajem numa série de dinâmicas que levam a outras perdas que são ainda maiores. 06:00</p>	
<p>Grazi</p>	<p>Ou seja, quanto mais dados disponíveis, mais fácil fica provar que o abuso fiscal das grandes corporações e dos super ricos é enorme e que se contribuíssem com os impostos o mundo poderia ser menos desigual.</p>
<p>Florencia 5 - 07:19 o abuso fiscal tem tudo a ver com a criação e manutenção de desigualdades, tanto no plano internacional, então a desigualdade entre países, como no plano doméstico; Entre indivíduos ricos e indivíduos pobres. No plano doméstico ele acaba fazendo com que o imposto pago por sujeitos ricos e corporações grandes seja muito inferior aquilo que é pago por sujeitos mais pobres ou empresas menores. Isso fortalece e mantém a desigualdade dentro dos países. 07:57</p>	
<p>Sobe BG</p>	
<p>Dani</p>	<p>Para além dos bilhões que vão parar em paraísos fiscais, O Estado Atual da Justiça Fiscal também mostra os impactos da covid-19 no mercado de trabalho: foram 255 milhões de empregos perdidos em 2020 e 3 trilhões e 700 bilhões de dólares eliminados da renda e do trabalho.</p>
<p>Grazi</p>	<p>Com os 483 bilhões de dólares que o mundo perde anualmente para os abusos fiscais, seria possível vacinar 1000 pessoas a cada segundo contra a covid-19, ou, imunizar três vezes todas as pessoas do planeta, com as duas doses - e o cálculo leva em consideração a vacina mais cara.</p>

Dani	E a previsão é que os países que vacinarem menos de 60% da sua população até meados de 2022 devam registrar perdas de 2 bilhões e 300 milhões de dólares no PIB até 2025.
Grazi	E é óbvio que são os países de baixa renda que sofrerão mais estes impactos, uma vez que apenas 3% das pessoas nesses países receberam pelo menos uma dose da vacina até o momento.
Dani	Vamos tomar Angola como exemplo, onde, neste mês de novembro de 2021, apenas 6% da população está com a vacinação completa. O país perdeu mais de 360 milhões de dólares para paraísos fiscais, segundo os dados do Estado da Justiça Fiscal. Com esse dinheiro daria para vacinar com as duas doses quase 73% da população angolana.
Grazi	E vale ouvir de novo o que o Felipe Carvalho contou no episódio 26 do É da Sua Conta sobre como as vacinas disponíveis contra a Covid foram financiadas:
Felipe 6 - Tem muita pesquisa que a gente tá vendo dar frutos hoje que na verdade o investimento do setor público já começou a muitos anos atrás, a família do coronavírus já é conhecida, já tem estudos acontecendo há muitos anos nas universidades, mas que nunca tiveram apoio das empresas farmacêuticas. Tem vacinas que praticamente 90% foi investimento público e cerca só de 10% de investimento privado. Essas vacinas deveriam por princípio ser bens comuns, estar em domínio público, não ter nenhum tipo de direito de propriedade intelectual,	
Dani	O Felipe é coordenador no Brasil da campanha da Médico Sem Fronteiras que visa garantir que as pessoas tenham acesso a diagnósticos, tratamentos e vacinas.
Felipe 7 - E quando a gente tem uma pesquisa amplamente financiada com recurso público, com dinheiro do contribuinte 11:17 seja aqui no Brasil, nos estados unidos, seja nos outros países e aí depois esse conhecimento é repassado pra uma empresa que coloca um alto preço pra comercializar aquilo, no fundo a gente está pagando duas vezes: a gente pagou pela pesquisa e a gente está pagando pela empresa, pelo preço que a empresa tá cobrando. Na nossa visão o ideal seria que	

<p>qualquer financiamento público voltado pra área da saúde tenha condições específicas de que quando aquele conhecimento se traduzir em um produto, aquele produto tem que ser acessível, não pode ficar sujeito a uma definição de preço sem nenhum tipo de critério, tem que ter toda uma condição atrelada ao financiamento público e isso não aconteceu agora em covid - 19.</p>	
<p>Dani</p>	<p>Os países de baixa renda têm dificuldades em acessar e em fabricar as próprias vacinas exatamente pelas barreiras da Organização Mundial do Comércio, que impõe as patentes e privilegia as grandes farmacêuticas.</p>
<p>Grazi</p>	<p>Apesar de algumas grandes empresas farmacêuticas anunciarem que “não lucrariam com a pandemia”, essa não é a realidade.</p> <p>De acordo com um relatório da Oxfam, somente Pfizer, Biontech e Moderna estão fazendo 1000 dólares de lucro por segundo com suas vacinas.</p>
<p>Dani</p>	<p>E o link para esse relatório da Oxfam está na descrição deste episódio, em www.edasuaconta.com</p>
<p>Grazi</p>	<p>Este relatório evidencia o oligopolio do setor farmacêutico e os problemas das patentes, especialmente num cenário de pandemia.</p> <p>Com isso, o acesso à vacina está extremamente desigual entre países e dentro dos países.</p>
<p>Felipe10- Então se vc remove essas regras temporariamente de propriedade intelectual vc cria um espaço muito mais seguro , tranquilo pra que esses outros produtores possam dar contribuição deles.</p>	
<p>Dani</p>	<p>E há também um grande oportunismo das empresas farmacêuticas: a People's Vaccine Alliance constatou que, sem nenhuma justificativa, o preço das vacinas Covid-19 são 4 a 46 vezes mais altos do que os preços de outras vacinas antes da pandemia.</p>
<p>Felipe 11 - Quando você tem uma escassez do produto ele acaba indo pras mãos de quem tem mais poder político mais poder econômico e quem não tem fica excluído</p>	
<p>Dani</p>	<p>Mais vidas podem ser protegidas e desigualdades mais profundas podem ser freadas se os gigantes</p>

	<p>farmacêuticos venderem vacinas a preços mais acessíveis e as grandes corporações pagarem sua parte justa de impostos, já que estão tendo lucros extraordinários durante a pandemia.</p> <p>O abuso de impostos corporativos acaba sangrando a receita de países cuja população já recebia serviços de saúde e infra-estrutura inadequados, sem contar as desigualdades já existentes antes da covid-19.</p>
<p>SOBE BG</p>	
<p>Grazi</p>	<p>O Estado Atual da Justiça Fiscal 2021 mostra que as empresas multinacionais transferem 1 trilhão e 200 bilhões de dólares de lucros não tributados a cada ano para paraísos fiscais.</p> <p>Isso faz com que, dos 483 bilhões perdidos por governos com abuso fiscal no ano, 312 bilhões sejam perdidos decorrente apenas pelo abuso fiscal das grandes corporações.</p> <p>Uma situação que precisa ser mudada, segundo Sol Picciotto é professor emérito da Universidade de Lancaster, na Inglaterra.</p>
<p>#25 / Sol 1 com Luiz Bem, a ideia é tentar resolver o problema de que as multinacionais, com as regras atuais, podem enviar seus lucros para jurisdições de baixa tributação. Basicamente as multinacionais operam como empresas globais, mas as autoridades fiscais apenas tributam as subsidiárias em cada jurisdição. E isso dá a eles muita liberdade para realocar lucros para jurisdições de baixa tributação.</p>	
<p>Dani</p>	<p>Um imposto global corporativo é de fato necessário. E a gente já falou sobre isso no episódio 25 do É da Sua Conta.</p> <p>E como se não bastasse a perda direta de recursos com o abuso fiscal corporativo, os países também perdem receitas de forma indireta.</p> <p>É a chamada “corrida para o fundo do poço”, onde países, baseados na falsa crença de que a ausência de impostos é o que atrai multinacionais, entram em “guerra” fiscal uns com os outros, baixam ou até mesmo zeram as alíquotas de impostos às empresas.</p> <p>Pesquisadores do FMI estimam que, em nível global, as perdas indiretas decorrentes do abuso fiscal corporativo</p>

	<p>são pelo menos três vezes maiores que as perdas diretas. O que poderia resultar em perdas totais anuais de receitas de países muito superiores a 1 trilhão de dólares.</p> <p>E todas as empresas deveriam contribuir com o que é devido, na opinião do jornalista Nick Shaxson, da Tax Justice Network:</p>
<p>#22 NICK - Se uma multinacional pode utilizar paraísos fiscais para escapar a sua fatura fiscal, para não pagar impostos, mas o seu concorrente local tem que pagar a taxa total do imposto, então a multinacional pode matar esta empresa local por um fator que tem nada a ver com prestação de serviços melhores ou de melhor valor e tudo a ver com a simples transferência de riquezas do país para os proprietários dessa multinacional. E isso é uma coisa que é muito mal pra economia. Pra mim nenhum país deveria tolerar isso. Temos realmente de lidar com a tributação e a regulamentação adequada das multinacionais para que eles não tenham essas vantagens injustas. E muito frequentemente as pequenas empresas são, na realidade, empresas que fazem coisas muito melhor que multinacionais.</p>	
<p>Grazi</p>	<p>As pequenas empresas no Brasil, por exemplo, são as que mais empregam.</p> <p>O relatório, também mostra que os países de baixa renda perdem o equivalente a 4,2% de sua receita tributária anual enquanto os países de alta renda perdem bem menos, 2,8%.</p> <p>Ao mesmo tempo, os países de renda mais alta são responsáveis por 99,4% de todos os impostos perdidos no mundo a cada ano por abuso fiscal corporativo.</p>
<p>#24 / Nick 2 - as multinacionais tem uma influencia enorme na Ocde através dos governos dos países membros da Ocde. As multinacionais americanas, por exemplo, tem muita influência do governo dos EUA e o governos dos EUA tem muita influência sobre a Ocde. A verdadeira batalha é entre gigantes multinacionais e os seus acionistas, de um lado e este grupo quer o segredo, não quer transparência, não quer relatórios país por país e em outro lado, pessoas comuns, nos países ricos e pobres que querem transparência é importante reconhecer que essa batalha não é país contra país, mas os 99% contra os que detêm o capital financeiro</p>	

Dani	<p>Sim, e somos os 99% contra os que detêm o capital financeiro.</p> <p>Os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e suas dependências são responsáveis por 78,3% de todas as perdas fiscais sofridas ao redor do mundo.</p> <p>Lucas Milán, pesquisador da Tax Justice Network, explica o que isso significa:</p>
#24 / LucascomLuiz 3: 09:40 indica que os membros do clube de países ricos decidem os padrões em fiscalização internacional, mas ao mesmo tempo são os responsáveis ou os culpados da evasão fiscal continuar. Isso revela fortes conflitos de interesse no coração da política fiscal e internacional e mostra que muitos paraísos fiscais tradicionais sem impostos estão sob a responsabilidade direta de países ricos europeus.11:10	
Grazi	E a teia de Aranha do Reino Unido, é responsável por 32% de todas as perdas fiscais corporativas, explica a pesquisadora Shanna Lima, da Tax Justice Network
#24 / Shanna7 - 13:59 tem um termo que costuma usar que é a teia de aranha do reino unido que o próprio reino unido, mas também as suas dependências tem um papel enorme nessa facilitação do abuso fiscal. Eu acho que tanto ela quanto outros países, o que tem a fazer é melhorar a sua regulação pra poder ir fechando as lacunas que permitem esse abuso fiscal.	
Grazi	<p>Isso torna o Reino Unido o maior facilitador do abuso fiscal corporativo mundial.</p> <p>A “teia de aranha do Reino Unido”, junto com a Holanda, Luxemburgo e Suíça formam o “eixo de elisão fiscal” por serem os facilitadores de metade do abuso fiscal global.</p>
Dani	<p>Mais de 556 bilhões de dólares em lucros são transferidos anualmente para estes países pelas corporações multinacionais, o que custa ao mundo quase 155 bilhões de dólares em impostos perdidos.</p> <p>E somando com as perdas decorrentes de abuso fiscal dos super ricos, esse valor chega a 268 bilhões de dólares em impostos perdidos no ano.</p>
SOBE BG	
Dani	Esconderijos fiscais. Este deveria ser o nome correto dos paraísos fiscais, já que uma das suas características

	principais é oferecer sigilo financeiro para as pessoas super ricas.
Clair1 - O que a gente sabe pela experiência é que normalmente as pessoas que abrem conta em paraísos fiscais, não é uma conta, na verdade é uma empresa que é uma empresa só de fachada, porque não tem nenhuma atividade econômica lá, não tem empregados, nada, é apenas um papel, registra como se fosse a junta comercial daqui, registra e fica com um papel de empresa. E aí vai pra outro país qualquer, Estados Unidos, Suíça e abre uma conta no nome da empresa e não no nome da pessoa física. Aí a pessoa consegue se esconder através de uma empresa de fachada.	
Grazi	E como explicou a Clair Hickman, diretora do Instituto de Justiça Fiscal, as pessoas ricas escondem seus ativos onde a receita federal do país onde moram não pode ter acesso.
Clair 2 - elas sabem que devido ao sigilo dos paraísos fiscais o fisco não consegue descobrir a existência desse patrimônio e rendimento auferido por essas empresas offshores e assim elas conseguem sonegar o imposto.	
Dani	E mais de 99% dos 171 bilhões de dólares em impostos que as pessoas ricas sonegam vão parar nos países de alta renda.
Grazi	Vale a pena lembrar que isso é apenas a ponta do iceberg. O relatório estado da Justiça Fiscal utiliza os dados recentes disponibilizados ao público com base nos números oficiais. Entretanto, existem outras pesquisas que tentam realizar estimativas sobre quanto seria realmente o abuso fiscal global, se toda a informação fosse disponibilizada.
Dani	Para se ter uma ideia, um estudo de James Henry estimou que até 2010, os investidores dos países em desenvolvimento haviam acumulado de 7 a 9 trilhões de dólares nestes esconderijos fiscais, o que representaria um volume muito maior de abuso fiscal global.
Clair 3 - Com isso os ricos sonegam imposto no país onde moram e alguém tem que pagar por conta desse cidadão que não está pagando. Vai sobrar pros pobres.	

Grazi	Imagina como a desigualdade poderia diminuir se esses trilhões fossem declarados e as multinacionais e os super ricos contribuíssem devidamente com os impostos!
SOBE BG	
Dani	<p>Fluxos financeiros ilícitos. É assim que se chamam as transferências de dinheiro de um país para outro que são proibidas por leis, regras ou costume.</p> <p>O sigilo financeiro representa um importante elemento de vulnerabilidade a fluxos financeiros ilícitos, como mostra a pesquisadora da Tax Justice Network, Shanna Lima.</p>
#22 / Shanna 12 - Se a gente pegar o Brasil como exemplo, a gente analisa todos os países com os quais o Brasil faz transações e a medida de vulnerabilidade é a média do nível de sigilo financeiro de todos estes parceiros do Brasil. O nível de sigilo financeiro vem do nosso índice de sigilo financeiro, da Tax Justice Network. Só pra resumir, a vulnerabilidade é dada pelo nível médio de sigilo dos parceiros comerciais de um determinado país. Se um país comercializa ou tem fluxos de investimentos elevados com países de alto nível de sigilo ele vai estar mais vulnerável a fluxos financeiros ilícitos.	
Grazi	<p>Como a maioria dos paraísos ou esconderijos fiscais têm alto sigilo, as operações que os envolvem chamam a atenção e se tornam um tanto suspeitas.</p> <p>Os fluxos financeiros ilícitos também privam os orçamentos públicos de recursos disponíveis.</p> <p>Com isso, os canais, políticas e estruturas que os sustentam são uma grande ameaça estabelecida à realização dos direitos humanos e ao desenvolvimento de maior igualdade dentro e entre países, como explica, Valeria Torres Burity, secretaria geral da Fian Brasil.</p>
#24 / Valeria 8 - Eu acho que esse é um dos temas centrais que a gente tem. Até o atual relator para extrema pobreza trouxe que os paraísos fiscais, que esse fluxo de capital entre os países, onde as grandes corporações não são tributadas, como isso implica em redução de orçamento. E aqui no Brasil, e só isso já revela que é um ato de falta de compromisso com os direitos das pessoas, a ótica é de cortar despesas, então corta o orçamento para políticas sociais que têm impacto muito efetivo em reduzir a desigualdade como	

<p>segurança alimentar, saúde, educação. Corta despesas, mas não revê como o Estado está arrecadando as receitas. Os direitos humanos dependem de políticas públicas e políticas públicas dependem de recursos. Então isso é uma questão muito central e é uma tendência mundial que a gente precisa olhar muito de perto e enfrentar pra gente conseguir garantir direitos humanos, inclusive o direito de não sofrer fome.</p>	
<p>Dani</p>	<p>Existe uma relação direta entre nível de sigilo financeiro que um país tem e sua responsabilidade na vulnerabilidade de outros países, como mostra o Rastreador de Vulnerabilidade de Fluxos Financeiros Ilícitos da Tax Justice Network.</p> <p>Ilhas Cayman, Reino Unido, Singapura, Luxemburgo e Suíça são os maiores responsáveis pelas perdas financeiras em 2021.</p> <p>Essa identificação dos canais econômicos e parceiros comerciais que representam os maiores riscos de fluxos financeiros ilícitos para um país são importantes para apoiar o desenvolvimento de políticas e decisões administrativas, na opinião da Irene Odida, da ActionAid e membro do FACTI Panel da ONU.</p>
<p>#22 Irene com Camila 2 - Nós vimos com a Covid-19 como as despesas públicas são necessárias para que os governos lidem com as crises que afetam a todos. Da crise de saúde apresentada pela pandemia à crise ambiental, para outras. Temos uma crise em nossos países em torno da educação, da terra, da proteção social a quem está vulnerável e lutando; e esse tipo de coisa não pode ser resolvida pelo setor privado, precisa do governo, precisa do Estado para fazer sua parte. Mas com o aumento do desinvestimento na economia do setor público, com o aumento das isenções tributárias, que faz com que os governos retrocedam nos impostos das pessoas jurídicas que são pagos pelas corporações, todos nós acabamos perdendo então, precisamos de mais integridade, mais transparência sobre quem está fazendo essas coisas, onde o lucro está realmente sendo obtido, se o lucro está sendo pago no país certo, se os países estão obtendo sua parte justa do lucro que está sendo gerado a partir de seus recursos, seja o trabalho humano ou os recursos</p>	

<p>naturais que as corporações exploram. Isso é tão importante.</p>	
<p>SOBE BG Fechamento</p>	
<p>Grazi</p>	<p>Como vimos até aqui, o relatório faz um amplo diagnóstico do Estado da Justiça Fiscal em 2021. Mas também traz uma série de recomendações.</p> <p>A primeira é a adoção de um imposto sobre lucros corporativos extraordinário na pandemia.</p>
<p>Florencia 6- ele operaria sobre as principais empresas que são aquelas que conseguiram aumentar enormemente seus lucros durante o fechamento e quarentenas enquanto a maior parte das empresas teve que fechar, não pode manter suas atividades. 10:20 esse lucro excedente que a gente chama poderia ser identificado no plano internacional para que as empresas não pudessem evitar pagar os impostos porque basicamente elas conseguem fazer isso hoje se valendo do fato que elas são tratadas como estruturas separadas em cada país e não como uma estrutura unitária, que elas são de fato, então o nosso relatório propõe que essas empresas paguem impostos, já que elas lucraram de forma excessiva num ano em que todo mundo saiu prejudicado de outra forma 10:56</p>	
<p>Grazi</p>	<p>Vale recordar que o mundo já tributou lucros em outros momentos da história em que a sociedade viveu uma crise severa, como no pós guerra mundial.</p> <p>A segunda recomendação seria adotar, ou fortalecer nos países onde já existe, a tributação sobre riqueza.</p>
<p>Florencia 7 - 11:33 pra tentar lidar com o fato de que a recuperação da pandemia de forma geral ela tem sido muito desigual; enquanto alguns conseguem sair com muita facilidade, outros precisam de mais assistência do estado e mais presença em termos de políticas públicas e tal. Nesse sentido o imposto sobre a riqueza seria fundamental tanto pra produzir algum nível de redistribuição que é tão necessária nesse contexto de desigualdade, mas também pra financiar serviços públicos que são tão importantes nesse contexto 12:11</p>	

<p>Grazi</p>	<p>A tributação sobre a riqueza se torna mais relevante no pós pandemia. Entretanto, essa é uma medida necesssária e que já se pedia desde antes. A tributação sobre riqueza é essencial para reduzir desigualdades e deve ser adotada de forma permanente.</p> <p>E a terceira recomendação é a exigência por um organismo tributário na Organização das Nações Unidas, a ONU, onde todos os países tenham direito a voz e voto nas questões fiscais e financeiras internacionais.</p>
<p>Florença 8 -14:04 a terceira demanda que nosso relatório traz é pelo desenvolvimento de uma convenção tributária da ONU e uma convenção de impostos da ONU, que nós acreditamos ser o fórum correto pra tomada de decisão no contexto internacional porque atualmente a tomada de decisão é feita apenas por países de renda alta, basicamente e são países que são inclusive responsáveis por grande parte do abuso fiscal, então são países que não tem legitimidade necessária para desenvolver essas regras. 14:41 dentro desse escopo, a gente defende também o desenvolvimento de um centro de monitoramentos tributários no âmbito da ONU pra acompanhar e possibilitar a responsabilização desses abusos fiscais dos países que estão possibilitando os abusos fiscais também e nossas propostas nesse sentido estão alinhadas com demandas que o painel FACTI, de alto nível da ONU publicou esse ano 15:12 é uma demanda do movimento por justiça fiscal do mundo inteiro hoje em dia que as regras sejam desenvolvidas em um âmbito com mais legitimidade democrática, como é a ONU. 15:30</p>	
<p>SOBE BG</p>	
<p>Dani espaço do ouvinte</p>	<p>Que tal nos contar o que você acha do É da Sua Conta? Você pode nos encontrar no twitter: e_dasuaconta ou no facebook. E se você nos escrever em info@edasuaconta.com e nos enviar seu nome e número de whatsapp, a gente te inclui na nossa</p>

	lista de distribuição e você fica sabendo em primeira mão quando um novo episódio estiver no ar.
ENTRA BG DO PROGRAMA	
Grazi	O É da Sua Conta é coordenado por Naomi Fowler, o acompanhamento das redes sociais é do Luciano Máximo e a produção e apresentação são de Daniela Stéfano e minha, Grazielle David. Um abraço, e até o próximo.
Dani	Muita força e até dezembro!